

ANDRÉ SANTA CRUZ

DIREITO EMPRESARIAL

VOLUME ÚNICO

EDIÇÃO
2020

10^a
edição

Revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 19.02.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1.384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

R141d
Ramos, André Luiz Santa Cruz

Direito empresarial: volume único / André Luiz Santa Cruz Ramos. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8866-1

1. Direito empresarial – Brasil. I. Título.

20-62637

CDU: 347.7(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

1. DIREITO EMPRESARIAL: NOMENCLATURA, CONCEITO, ORIGEM, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, AUTONOMIA E FONTES.....	1
1. A nomenclatura: por que direito empresarial?	2
2. Conceito de direito empresarial	3
3. Origem do direito empresarial.....	4
3.1. O direito estatutário e a jurisdição consular	8
3.2. A formação de um regime jurídico comercial	13
4. A evolução histórica do direito empresarial.....	16
4.1. Da definição do regime jurídico dos atos de comércio	17
4.2. Definição e descrição dos atos de comércio e sua justificação histórica.....	18
4.3. Os atos de comércio na legislação pátria.....	22
4.4. A doutrina brasileira e a questão dos atos de comércio	24
4.5. A teoria da empresa e o novo paradigma do direito empresarial	25
4.6. Surgimento da teoria da empresa e seus contornos.....	27
4.7. A teoria da empresa no Brasil antes do Código Civil de 2002: legislação e doutrina.....	28
4.8. A teoria da empresa no Brasil após o Código Civil de 2002: legislação e doutrina.....	29
5. Autonomia do direito empresarial	31
5.1. Características do direito empresarial	34
5.2. Institutos jurídicos típicos do direito empresarial.....	35
5.3. Princípios do direito empresarial.....	35
5.3.1. Livre-iniciativa.....	35
5.3.1.1. Livre-iniciativa e regulamentação de profissões.....	36
5.3.1.2. Livre-iniciativa e burocracia	43
5.3.2. Função social da empresa.....	47
5.3.3. Livre concorrência	49
5.3.3.1. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência....	49
5.3.4. Tratamento favorecido das ME e EPP	51
5.3.5. Princípio da preservação da empresa.....	53

5.3.6.	Outros princípios do direito empresarial.....	54
5.3.7.	A Lei da Liberdade Econômica e seus princípios.....	54
6.	Fontes do direito empresarial.....	55
6.1.	O Projeto de Lei 1.572/2011 (novo Código Comercial)	58
6.1.1.	Algumas novidades do projeto de novo Código Comercial.....	59
6.2.	O novo CPC e o direito empresarial	64
2.	TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	67
1.	Introdução.....	67
2.	O conceito de empresário	68
2.1.	Empresário individual x sociedade empresária	71
2.1.1.	A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI).....	73
2.1.1.1.	A nomenclatura	76
2.1.1.2.	A exigência de capital mínimo	76
2.1.1.3.	Natureza jurídica da EIRELI.....	77
2.1.1.4.	O nome empresarial.....	78
2.1.1.5.	O veto ao § 4.º do art. 980-A do Código Civil e a inserção do § 7.º pela Lei 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica).....	78
2.1.1.6.	Constituição por pessoa jurídica	79
2.1.1.7.	Constituição de mais de uma EIRELI	79
2.1.1.8.	Constituição por incapaz.....	80
2.2.	Agentes econômicos excluídos do conceito de empresário	80
2.2.1.	Profissionais intelectuais.....	81
2.2.2.	As sociedades simples (sociedades uniprofissionais)	84
2.2.2.1.	As sociedades de advogados.....	85
2.2.3.	O exercente de atividade econômica rural	86
2.2.4.	Sociedades cooperativas	88
3.	Empresário individual.....	90
3.1.	Impedimentos legais	90
3.2.	Incapacidade	92
3.2.1.	Hipóteses excepcionais de exercício individual de empresa por incapaz.....	92
3.2.2.	Sócio incapaz.....	96
3.3.	Empresário individual casado	96
4.	Registro do empresário.....	97
4.1.	A Lei de Registro Público de empresas mercantis (Lei 8.934/1994).....	98
4.2.	Os atos de registro	102
4.3.	A estrutura organizacional das Juntas Comerciais.....	104
4.4.	O processo decisório nas Juntas Comerciais.....	104
4.4.1.	Recursos cabíveis.....	107
4.5.	A publicidade dos atos de registro	108

5.	Escrituração do empresário.....	109
5.1.	A situação especial dos microempresários e empresários de pequeno porte.....	111
5.2.	O sigilo empresarial.....	112
5.3.	A eficácia probatória dos livros empresariais.....	114
6.	Nome empresarial.....	115
6.1.	Espécies de nome empresarial.....	118
6.2.	O nome empresarial das sociedades.....	120
6.3.	Princípios que norteiam a formação do nome empresarial.....	121
6.4.	Alguns entendimentos relevantes do DNRC (atual DREI) acerca da proteção ao nome empresarial.....	124
6.5.	A proteção ao nome empresarial na jurisprudência do STJ.....	129
7.	Estabelecimento empresarial.....	132
7.1.	Natureza jurídica do estabelecimento empresarial.....	135
7.2.	O contrato de trespasse.....	136
7.3.	A sucessão empresarial.....	137
7.4.	A cláusula de não concorrência.....	139
7.4.1.	A cláusula de não concorrência na jurisprudência do CADE.....	142
7.5.	A avaliação (<i>valuation</i>) do estabelecimento empresarial e a <i>due diligence</i>	147
7.6.	Outras normas acerca do estabelecimento empresarial previstas no Código Civil.....	147
7.7.	Proteção ao ponto de negócio (locação empresarial).....	149
7.7.1.	<i>Shopping center</i>	155
7.7.1.1.	A problemática sobre as cláusulas de raio nos contratos de <i>shopping center</i>	156
7.8.	Aviamento e clientela.....	158
7.9.	Penhora de estabelecimento empresarial.....	160
8.	Auxiliares e colaboradores do empresário.....	160
8.1.	Regras gerais sobre os prepostos do empresário.....	161
8.2.	O contabilista.....	162
8.3.	O gerente.....	162
3.	DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	165
1.	Introdução.....	165
2.	O gênero “propriedade intelectual” e suas espécies.....	166
3.	Histórico do direito de propriedade industrial.....	167
3.1.	Convenção da União de Paris (CUP).....	168
3.2.	A Organização Mundial da Propriedade Intelectual.....	169
3.3.	Propriedade intelectual na pauta do GATT.....	170
3.4.	Unilateralismo: Especial 301.....	170
3.5.	O Acordo TRIPS.....	172

3.6.	Os acordos TRIPS- <i>plus</i>	173
3.7.	Os princípios da CUP na LPI.....	174
3.7.1.	Prioridade unionista	174
3.7.2.	Prioridade interna.....	175
4.	O tratamento constitucional da matéria no Brasil	176
5.	Propriedade industrial ou monopólio industrial?.....	177
5.1.	A defesa utilitarista dos monopólios intelectuais e suas falhas.....	191
6.	Os direitos de “propriedade industrial” protegidos pela LPI.....	203
7.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	204
8.	Das patentes de invenção e de modelo de utilidade	207
8.1.	Conceito de invenção e de modelo de utilidade.....	207
8.2.	Requisitos de patenteabilidade.....	209
8.2.1.	Novidade.....	210
8.2.1.1.	Estado da técnica.....	210
8.2.1.2.	Período de graça.....	212
8.2.2.	Atividade inventiva	213
8.2.3.	Aplicação industrial.....	214
8.2.4.	Licitude do objeto da patente	215
8.2.4.1.	Patentes de produtos e processos farmacêuticos.....	216
8.2.4.2.	Patentes de segundo uso médico	218
8.2.4.3.	Patentes de biotecnologia.....	221
8.2.4.4.	Patentes x Cultivares	225
8.3.	Procedimento do pedido de patente.....	227
8.3.1.	Legitimidade do autor do pedido de patente	227
8.3.1.1.	Colidência entre inventos	228
8.3.2.	O invento realizado por funcionários do empresário	229
8.3.3.	Análise dos requisitos de patenteabilidade.....	230
8.3.4.	Concessão da patente	236
8.3.5.	Vigência da patente	236
8.3.6.	Proteção conferida pela patente.....	239
8.3.7.	Nulidade da patente	240
8.3.7.1.	Processo administrativo de nulidade	241
8.3.7.2.	Ação judicial de nulidade	241
8.3.8.	Cessão da patente.....	242
8.3.9.	Licenciamento da patente.....	242
8.3.9.1.	Licença voluntária.....	243
8.3.9.2.	Licença compulsória.....	244
8.3.10.	Patente de interesse da defesa nacional.....	248
8.3.11.	Retribuição anual.....	248
8.3.12.	Extinção da patente	249
8.4.	Certificado de adição de invenção.....	249
8.5.	Patentes <i>pipeline</i>	250

8.6.	Patentes <i>mailbox</i>	252
9.	Desenho industrial.....	254
9.1.	Conceito de desenho industrial.....	254
9.1.1.	Requisitos de registrabilidade do desenho industrial.....	255
9.2.	Procedimento de registro do desenho industrial.....	257
9.2.1.	Legitimidade do autor do pedido de registro de desenho industrial.....	257
9.2.2.	Análise dos requisitos de registrabilidade	257
9.2.3.	Concessão do registro de desenho industrial.....	258
9.2.4.	Prazo de vigência do registro de desenho industrial.....	258
9.2.5.	Proteção conferida pelo registro de desenho industrial.....	259
9.2.6.	Nulidade do registro de desenho industrial.....	259
9.2.6.1.	Processo administrativo de nulidade e ação judicial de nulidade.....	260
9.2.7.	Retribuição quinquenal.....	260
9.2.8.	Extinção do registro de desenho industrial.....	261
10.	Marca	261
10.1.	Sinais ou expressões não registráveis como marca	263
10.1.1.	Expressões comuns ou genéricas	264
10.1.2.	Cores e suas denominações	269
10.1.3.	Marca <i>versus</i> nome empresarial.....	271
10.1.4.	Marca <i>versus</i> nome de domínio.....	273
10.1.5.	Reprodução, ainda que em parte, de marca alheia.....	275
10.1.6.	Imitação ideológica de marca alheia	276
10.2.	Espécies de marca	277
10.3.	Procedimento do pedido de registro de marca.....	278
10.3.1.	Legitimidade do autor do pedido de registro de marca.....	278
10.3.2.	Depósito e exame do pedido.....	279
10.3.3.	Concessão do registro de marca.....	281
10.3.4.	Vigência do registro de marca.....	281
10.3.5.	Proteção conferida pelo registro de marca.....	282
10.3.5.1.	O princípio da especialidade ou especificidade	282
10.3.5.2.	O uso indevido de marca registrada.....	292
10.3.6.	Cessão do registro de marca.....	294
10.3.7.	Licenciamento do registro de marca	295
10.3.8.	Nulidade do registro de marca	296
10.3.8.1.	Processo administrativo de nulidade	296
10.3.8.2.	Ação judicial de nulidade	297
10.3.9.	Extinção do registro de marca	298
11.	Indicações geográficas.....	301
12.	<i>Trade dress</i> (Conjunto-imagem)	303
13.	Concorrência desleal.....	306

13.1.	Crimes de concorrência desleal	306
13.2.	Parasitismo	307
13.3.	Publicidade comparativa.....	308
13.4.	Repressão civil à concorrência desleal.....	310
4.	DIREITO SOCIETÁRIO	311
1.	Introdução.....	311
1.1.	Pluralidade de sócios.....	312
1.2.	<i> Holding</i>	313
1.3.	Sociedade de Propósito Específico (SPE)	313
2.	Sociedades simples × sociedades empresárias.....	314
3.	Tipos de sociedade.....	316
3.1.	Sociedades dependentes de autorização	317
3.2.	Sociedade nacional	317
3.3.	Sociedade estrangeira.....	318
3.4.	Sociedade entre cônjuges.....	318
3.5.	Sociedade rural	322
4.	Personalização jurídica das sociedades.....	322
5.	Classificação das sociedades empresárias.....	323
5.1.	Sociedades limitadas “de capital” e sociedades anônimas “de pessoas”	324
6.	Sociedades não personificadas.....	325
6.1.	Sociedade em comum.....	327
6.1.1.	Prova da existência da sociedade em comum.....	329
6.1.2.	Responsabilidade dos sócios na sociedade em comum	330
6.2.	Sociedade em conta de participação.....	332
7.	Sociedades personificadas	337
7.1.	Sociedade simples pura (“simples simples”).....	339
7.1.1.	Contrato social.....	340
7.1.1.1.	Necessidade de contrato escrito	341
7.1.1.2.	Qualificação dos sócios e da sociedade	341
7.1.1.3.	Capital social.....	342
7.1.1.4.	Subscrição e integralização das quotas	342
7.1.1.5.	Administração da sociedade	343
7.1.1.6.	Distribuição dos resultados.....	349
7.1.1.7.	Responsabilidade dos sócios.....	350
7.1.1.8.	Alteração do contrato social.....	350
7.1.2.	Direitos e deveres dos sócios	351
7.1.3.	Deliberações sociais.....	352
7.2.	Sociedade limitada.....	353
7.2.1.	Legislação aplicável	353
7.2.1.1.	Aplicação subsidiária das normas da sociedade simples pura.....	355

7.2.1.2.	Aplicação supletiva das normas da sociedade anônima	355
7.2.2.	Contrato social	357
7.2.2.1.	Necessidade de contrato escrito	360
7.2.2.2.	Qualificação dos sócios e da sociedade	360
7.2.2.3.	Capital social	361
7.2.2.4.	Subscrição e integralização das quotas	363
7.2.2.5.	Administração da sociedade	368
7.2.2.6.	Distribuição dos resultados.....	375
7.2.2.7.	Responsabilidade dos sócios.....	376
7.2.2.8.	Alteração do contrato social.....	378
7.2.3.	Deliberações sociais.....	378
7.2.4.	Natureza personalista ou capitalista da sociedade limitada	382
7.2.5.	Conselho fiscal	384
7.2.6.	Exclusão extrajudicial de sócio minoritário por justa causa	385
7.3.	Sociedade anônima.....	387
7.3.1.	Histórico	387
7.3.2.	Legislação aplicável	389
7.3.3.	Governança Corporativa (<i>corporate governance</i>)	389
7.3.3.1.	Sistemas de governança corporativa	392
7.3.3.2.	Governança corporativa nas empresas estatais	392
7.3.4.	Características principais	393
7.3.4.1.	Natureza capitalista da S/A.....	394
7.3.4.2.	Essência empresarial da S/A.....	394
7.3.4.3.	Identificação exclusiva por denominação.....	395
7.3.4.4.	Responsabilidade limitada dos acionistas.....	395
7.3.5.	Classificação das sociedades anônimas	396
7.3.6.	Mercado de capitais	396
7.3.6.1.	A Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	397
7.3.6.2.	Bolsa de Valores.....	399
7.3.6.3.	Mercado de Balcão	400
7.3.6.4.	Mercado de capitais primário e secundário.....	400
7.3.7.	Constituição da sociedade anônima	401
7.3.7.1.	Requisitos preliminares	401
7.3.7.2.	Formalidades complementares	407
7.3.8.	O capital social.....	408
7.3.8.1.	A obrigação de integralizar (realizar) o capital social.....	411
7.3.9.	Ações	413
7.3.9.1.	Classificação das ações.....	413
7.3.9.2.	Classes de ações.....	417
7.3.9.3.	Valor da ação	418

7.3.9.4.	Direitos e obrigações conferidos pelas ações	423
7.3.10.	Valores mobiliários	433
7.3.10.1.	Debêntures	434
7.3.10.2.	Partes beneficiárias	436
7.3.10.3.	Bônus de subscrição.....	437
7.3.11.	Órgãos societários.....	438
7.3.11.1.	Assembleia geral	439
7.3.11.2.	Os órgãos de administração da companhia.....	447
7.3.11.3.	Conselho fiscal	465
7.3.12.	Livros sociais e demonstrações contábeis.....	469
7.3.13.	Lucros e dividendos	470
7.4.	Sociedade em nome coletivo	472
7.5.	Sociedade em comandita simples	474
7.6.	Sociedade em comandita por ações	475
7.7.	Sociedade cooperativa.....	477
7.7.1.	A problemática sobre a cláusula de unimilitância nos estatutos das cooperativas	478
7.8.	A antiga sociedade de capital e indústria.....	479
8.	Operações societárias.....	480
8.1.	Transformação	481
8.2.	Incorporação	482
8.3.	Fusão	482
8.4.	Cisão	483
8.5.	A atuação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).....	483
8.6.	Outras operações entre sociedades	485
8.6.1.	Coligação de sociedades.....	485
8.6.2.	Grupos societários.....	486
8.6.3.	Consórcios.....	487
8.6.4.	Sociedade subsidiária integral.....	487
8.6.5.	<i>Joint venture</i>	488
8.6.6.	Fundos de <i>private equity</i> e <i>venture capital</i>	488
9.	Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.....	489
9.1.	Dissolução, liquidação e extinção das sociedades contratuais.....	490
9.1.1.	Dissolução parcial das sociedades contratuais.....	493
9.1.1.1.	Penhora de quota por dívida particular de sócio.....	494
9.1.1.2.	Morte de sócio.....	497
9.1.1.3.	Exercício do direito de retirada	497
9.1.1.4.	Exclusão de sócio.....	498
9.1.1.5.	Efeitos da dissolução parcial.....	499
9.2.	Dissolução, liquidação e extinção das sociedades por ações	500
9.2.1.	Dissolução parcial das sociedades por ações.....	505
9.3.	O procedimento de dissolução parcial previsto no novo CPC.....	508

10.	Arbitragem nos conflitos societários.....	510
10.1.	A cláusula compromissória nos estatutos das sociedades anônimas....	510
10.2.	A cláusula compromissória nos contratos sociais de sociedades limitadas	512
10.3.	A Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM).....	513
11.	Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.....	513
11.1.	As bases históricas da teoria da desconsideração	514
11.2.	A teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil.....	516
11.2.1.	Teoria da desconsideração e imputação direta de responsabilidade: crítica ao art. 28, <i>caput</i> , do CDC.....	519
11.2.2.	Teoria da desconsideração e mero prejuízo do credor: crítica ao art. 28, § 5.º, do CDC	521
11.2.3.	Teoria da desconsideração e abuso de personalidade jurídica: elogio ao art. 50 do Código Civil	522
11.2.3.1.	A caracterização do abuso da personalidade jurídica	523
11.3.	Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade....	524
11.4.	A desconsideração inversa	527
11.5.	Aspectos processuais da aplicação da teoria da desconsideração (de acordo com o novo CPC).....	529
11.6.	Necessidade de demonstração da insolvência da pessoa jurídica	531
11.7.	Teoria maior × teoria menor	532
11.8.	Dissolução irregular de empresa	535
11.9.	Prazo para requerimento da desconsideração da personalidade jurídica.....	536
11.10.	Subcapitalização	537
5.	TÍTULOS DE CRÉDITO	539
1.	Introdução.....	539
2.	Origem e desenvolvimento dos títulos de crédito	541
3.	Histórico da legislação cambiária	542
3.1.	O Código Civil de 2002 e os títulos de crédito.....	544
4.	Conceito, características e princípios dos títulos de crédito	546
4.1.	Princípio da cartularidade	547
4.2.	Princípio da literalidade.....	548
4.3.	Princípio da autonomia	549
4.3.1.	A abstração dos títulos de crédito e a inoponibilidade das exceções pessoais ao terceiro de boa-fé	551
5.	Classificação dos títulos de crédito.....	553
5.1.	Quanto à forma de transferência ou circulação.....	553
5.2.	Quanto ao modelo	554
5.3.	Quanto à estrutura	554
5.4.	Quanto às hipóteses de emissão	554

6.	Títulos de crédito em espécie	556
6.1.	Letra de câmbio.....	556
6.1.1.	Saque da letra.....	556
6.1.2.	Aceite da letra.....	559
6.1.3.	Vencimento da letra.....	561
6.1.4.	Prazo de apresentação e pagamento da letra.....	562
6.2.	Nota promissória.....	563
6.2.1.	Saque.....	563
6.2.2.	Regime jurídico.....	563
6.2.3.	A nota promissória e os contratos bancários.....	564
6.2.3.1.	A cláusula-mandato (Súmula 60 do STJ).....	567
6.3.	Cheque.....	568
6.3.1.	Emissão e formalidades.....	568
6.3.2.	Algumas características importantes do cheque.....	571
6.3.3.	Cheque “pré-datado” (ou “pós-datado”).....	574
6.3.4.	Modalidades de cheque.....	576
6.3.5.	Sustação do cheque.....	578
6.3.6.	Prazo de apresentação.....	579
6.3.7.	Prescrição do cheque.....	580
6.3.7.1.	A cobrança de cheque prescrito.....	581
6.4.	Duplicata.....	584
6.4.1.	Causalidade da duplicata.....	585
6.4.2.	Características essenciais.....	587
6.4.3.	Sistemática de emissão, aceite e cobrança da duplicata.....	588
6.4.4.	Duplicata escritural.....	594
7.	Atos cambiários.....	597
7.1.	Endosso.....	597
7.1.1.	Endosso em branco e endosso em preto.....	598
7.1.2.	Endosso impróprio.....	598
7.1.3.	Endosso póstumo ou tardio.....	601
7.1.4.	Endosso × cessão civil de crédito.....	601
7.2.	Aval.....	602
7.2.1.	Aval × fiança.....	603
7.2.2.	Necessidade de outorga conjugal em aval prestado por pessoa casada.....	606
7.3.	Protesto.....	609
8.	Algumas regras do Código Civil sobre títulos de crédito.....	611
8.1.	Autonomia e omissão de requisito legal.....	611
8.2.	Conteúdo e forma dos títulos de crédito.....	612
8.3.	A desmaterialização dos títulos de crédito.....	612
8.4.	Cláusulas proibidas nos títulos de crédito.....	616
8.5.	Títulos de crédito em branco ou incompletos.....	616

8.6.	Obrigação cambial de representante/mandatário	617
8.7.	Títulos representativos.....	617
8.8.	Nascimento da obrigação cambial (teoria da criação × teoria da emissão)	618
8.9.	Aval no Código Civil	619
8.10.	Lei Uniforme de Genebra × Código Civil.....	620
8.11.	O endosso e seus efeitos.....	621
8.12.	Os títulos ao portador.....	622
9.	Outros títulos de crédito	622
9.1.	Títulos de crédito comercial	623
9.2.	Títulos de crédito industrial.....	623
9.3.	Títulos de crédito à exportação.....	623
9.4.	Títulos de crédito rural	623
9.5.	Títulos de crédito imobiliário.....	625
9.5.1.	Novos títulos imobiliários	626
9.6.	Títulos de crédito bancário.....	626
9.7.	Letra de Arrendamento Mercantil.....	627
6.	CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	629
1.	Introdução.....	629
1.1.	Aplicação do CDC aos contratos entre empresários.....	630
2.	O Código Civil de 2002 e a unificação do direito obrigacional.....	635
2.1.	Contratos civis × contratos empresariais.....	636
3.	Teoria geral do direito contratual	640
3.1.	Princípios gerais dos contratos	641
3.1.1.	Princípio da autonomia da vontade.....	641
3.1.1.1.	O princípio da atipicidade dos contratos empresariais	643
3.1.1.2.	A autonomia da vontade após a Lei da Liberdade Econômica.....	644
3.1.2.	Princípio do consensualismo.....	645
3.1.3.	Princípio da relatividade.....	645
3.1.3.1.	A teoria da aparência.....	646
3.1.4.	Princípio da força obrigatória	646
3.1.4.1.	A teoria da imprevisão.....	647
3.1.5.	Princípio da boa-fé.....	650
3.2.	A exceção do contrato não cumprido	652
3.3.	A teoria do adimplemento substancial	652
3.4.	A interpretação dos negócios jurídicos empresariais.....	656
4.	Compra e venda empresarial.....	658
4.1.	Elementos essenciais da compra e venda.....	659
4.2.	Direitos e deveres fundamentais do comprador e do vendedor	660

4.3.	Cláusulas especiais da compra e venda.....	665
4.3.1.	Retrovenda.....	665
4.3.2.	Venda a contento.....	666
4.3.3.	Preempção ou preferência.....	666
4.3.4.	Venda com reserva de domínio.....	667
4.3.5.	Venda sobre documentos.....	669
5.	Contratos de colaboração empresarial.....	669
5.1.	Subordinação empresarial nos contratos de colaboração.....	670
5.2.	As cláusulas de exclusividade nos contratos de colaboração.....	672
5.3.	Comissão mercantil.....	673
5.4.	Representação comercial (agência).....	675
5.5.	Concessão mercantil.....	685
5.6.	Franquia (<i>franchising</i>).....	687
6.	Contratos bancários.....	693
6.1.	Decisões importantes do STJ sobre contratos bancários.....	697
6.2.	Depósito bancário.....	700
6.3.	Mútuo bancário.....	701
6.4.	Desconto bancário.....	703
6.5.	Abertura de crédito.....	703
6.6.	Contratos bancários impróprios.....	704
6.6.1.	Alienação fiduciária em garantia.....	704
6.6.1.1.	Bens imóveis.....	705
6.6.1.2.	Bens móveis.....	706
6.6.2.	Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	710
6.6.2.1.	A cobrança antecipada do Valor Residual (VRG)....	712
6.6.3.	Faturização (fomento mercantil ou <i>factoring</i>).....	714
6.6.3.1.	O problema do direito de regresso do faturizador contra o faturizado.....	715
6.6.3.2.	Características do <i>factoring</i>	718
6.6.4.	Cartão de crédito.....	720
7.	Contrato de seguro.....	722
7.1.	Regras gerais.....	724
7.2.	Seguro de dano.....	727
7.3.	Seguro de pessoa.....	730
8.	Fundos de investimento.....	732
7.	DIREITO FALIMENTAR E RECUPERACIONAL.....	737
1.	As origens históricas do direito falimentar.....	737
1.1.	O direito falimentar no Brasil.....	740
1.2.	A evolução da legislação falimentar brasileira.....	741
2.	Falência.....	743
2.1.	Natureza jurídica da falência.....	746

2.2.	Princípios da falência.....	747
2.3.	Pressupostos da falência.....	747
2.4.	Procedimento para a decretação da falência.....	748
2.4.1.	O sujeito passivo do pedido de falência.....	748
2.4.1.1.	As empresas públicas e as sociedades de economia mista	750
2.4.1.2.	Empresários submetidos a procedimento de liquidação extrajudicial	751
2.4.2.	O sujeito ativo do pedido de falência.....	752
2.4.2.1.	Autofalência.....	752
2.4.2.2.	Pedido de falência feito por cônjuge, herdeiro ou inventariante do empresário individual.....	753
2.4.2.3.	Pedido de falência feito por sócio da sociedade empresária.....	753
2.4.2.4.	Pedido de falência feito por credor	753
2.4.3.	O foro competente para o pedido de falência	756
2.4.4.	O pedido de falência: a demonstração da insolvência (jurídica ou presumida) do devedor.....	758
2.4.4.1.	Uso do pedido de falência como meio de cobrança de dívidas	759
2.4.4.2.	Os sistemas de determinação da insolvência adotados pela Lei 11.101/2005.....	763
2.4.5.	A resposta do devedor ao pedido de falência	768
2.4.5.1.	Pedido incidental de recuperação judicial	769
2.4.5.2.	Depósito elisivo da falência.....	769
2.4.6.	A denegação da falência.....	770
2.4.6.1.	Improcedência do pedido de falência.....	770
2.4.6.2.	Realização do depósito elisivo	772
2.4.7.	A decretação da falência.....	772
2.4.7.1.	Natureza jurídica da sentença que decreta a falência	773
2.4.7.2.	Conteúdo específico da sentença que decreta a falência.....	773
2.4.8.	Recurso contra a sentença que julga o pedido de falência.....	779
2.4.9.	A participação do Ministério Público na fase pré-falimentar.....	780
2.5.	Efeitos da decretação da falência	784
2.5.1.	Efeitos da falência quanto à pessoa e aos bens do devedor.....	785
2.5.1.1.	Inabilitação empresarial.....	786
2.5.1.2.	Perda do direito de administração dos bens	786
2.5.1.3.	Deveres específicos do falido.....	787
2.5.2.	Efeitos da falência quanto às obrigações do devedor.....	788
2.5.2.1.	Os contratos do falido.....	789
2.5.3.	Efeitos da falência quanto aos credores do falido.....	794

2.5.3.1.	A instauração do juízo universal da falência.....	795
2.6.	O processo falimentar	803
2.6.1.	O procedimento de arrecadação dos bens do devedor.....	804
2.6.1.1.	A investigação do período suspeito.....	805
2.6.1.2.	Os pedidos de restituição.....	811
2.6.2.	O procedimento de verificação e habilitação dos créditos.....	818
2.6.2.1.	Habilitação de créditos fiscais.....	822
2.6.2.2.	Necessidade de demonstração da origem da dívida.....	823
2.6.3.	A realização do ativo do devedor.....	824
2.6.3.1.	Os procedimentos de venda dos bens	824
2.6.3.2.	A disciplina da sucessão empresarial na LRE	828
2.6.4.	Pagamento dos credores	830
2.6.4.1.	Os créditos extraconcursais	831
2.6.4.2.	A classificação dos créditos concursais	831
2.6.5.	Encerramento do processo falimentar	839
2.7.	A extinção das obrigações do devedor falido.....	839
3.	Recuperação judicial.....	840
3.1.	O pedido de recuperação judicial.....	842
3.1.1.	O autor do pedido.....	843
3.1.2.	Requisitos materiais do pedido de recuperação judicial.....	844
3.1.3.	O foro competente para o pedido de recuperação judicial	847
3.1.4.	A petição inicial do pedido de recuperação	847
3.1.5.	Do deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial.....	849
3.1.5.1.	Alguns entendimentos do STJ sobre a aplicação do art. 6.º da LRE na recuperação judicial.....	853
3.2.	A apresentação do plano de recuperação judicial	861
3.2.1.	A venda de filiais ou unidades produtivas isoladas do devedor	864
3.2.2.	Os créditos trabalhistas no plano de recuperação judicial.....	864
3.2.3.	A aplicação da <i>failing firm theory</i> no Brasil	864
3.2.4.	A supressão de garantias.....	865
3.3.	Credores submetidos ao processo de recuperação judicial do devedor.....	867
3.3.1.	O problema das travas bancárias	872
3.3.1.1.	A questão dos bens de capital essenciais à atividade empresarial	875
3.3.2.	Verificação e habilitação dos créditos.....	878
3.4.	A análise do plano de recuperação pelos credores e pelo juiz.....	878
3.4.1.	Da concessão da recuperação judicial com o consentimento dos credores.....	880
3.4.2.	Da concessão da recuperação judicial sem o consentimento dos credores.....	882

3.5.	A decisão que concede a recuperação judicial e seus efeitos	882
3.5.1.	A atuação da empresa em crise durante o processo de recuperação judicial.....	884
3.6.	O encerramento do processo de recuperação judicial.....	886
3.7.	Da convalidação da recuperação judicial em falência.....	887
3.8.	Do plano especial de recuperação judicial das microempresas e das empresas de pequeno porte.....	889
4.	Recuperação extrajudicial.....	891
4.1.	Requisitos legais da recuperação extrajudicial.....	892
4.2.	O plano de recuperação extrajudicial	893
4.2.1.	Credores submetidos ao plano de recuperação extrajudicial	893
4.3.	O pedido de homologação do art. 162 da LRE	894
4.4.	O pedido de homologação do art. 163 da LRE	895
4.5.	Procedimento do pedido de homologação.....	895
4.6.	Efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial.....	897
5.	Administrador judicial, comitê de credores e assembleia geral de credores ...	897
5.1.	Administrador judicial	897
5.1.1.	Auxiliares do administrador judicial.....	898
5.1.2.	Atribuições do administrador judicial.....	898
5.1.3.	Remuneração do administrador judicial e dos seus auxiliares.....	900
5.2.	Comitê de credores.....	900
5.2.1.	Atribuições do comitê de credores.....	901
5.2.2.	Responsabilidade do administrador judicial e dos membros do comitê de credores	902
5.3.	Assembleia geral de credores.....	902
5.3.1.	<i>Quorum</i> de instalação.....	903
5.3.2.	Exercício do direito de voto	904
5.3.3.	Controle jurisdicional da assembleia geral de credores.....	905
5.3.4.	Composição da assembleia geral de credores.....	907
5.3.5.	<i>Quorum</i> de deliberação	908
6.	Dispositivos penais da Lei 11.101/2005.....	908
6.1.	A polêmica sobre a competência para julgamento dos crimes falimentares	910
7.	Problemas de direito intertemporal.....	911
8.	Aplicação subsidiária do Código de Processos Civil aos processos de falência e recuperação.....	912
8.	MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	919
1.	Empreendedorismo e desburocratização no Brasil	919
2.	Do Estatuto da ME e da EPP (Lei 9.841/1999) à Lei Geral das MEs e EPPs (LC 123/2006)	921
3.	Da definição de microempresa e de empresa de pequeno porte.....	922

3.1.	Enquadramento, desenquadramento e reenquadramento.....	924
3.2.	Do pequeno empresário.....	927
3.3.	Da simplificação dos procedimentos para abertura e fechamento das MEs e EPPs.....	928
3.4.	Das regras especiais quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias.....	933
3.5.	A situação especial dos pequenos empresários.....	934
3.6.	A atuação dos prepostos das MEs e EPPs na Justiça do Trabalho.....	935
3.7.	A fiscalização prioritariamente orientadora e o sistema da “dupla visita”.....	936
3.8.	Das regras especiais de apoio creditício.....	937
3.8.1.	O investimento-anjo.....	939
3.8.2.	A sociedade de garantia solidária.....	940
3.8.3.	A Empresa Simples de Crédito (ESC).....	942
3.9.	Das regras especiais de apoio ao associativismo.....	943
3.10.	Das regras especiais de apoio ao desenvolvimento empresarial.....	944
3.10.1.	Inova Simples: regime jurídico especial para <i>startups</i>	944
3.11.	Das regras empresariais gerais de tratamento diferenciado para as MEs e EPPs.....	945
3.11.1.	As deliberações sociais nas MEs e EPPs.....	946
3.11.2.	O nome empresarial das MEs e EPPs.....	946
3.11.3.	O protesto de títulos contra as MEs e EPPs.....	947
3.11.4.	As MEs e EPPs e o acesso à justiça.....	947
3.11.5.	Do regime tributário e fiscal: o Simples Nacional.....	948
3.11.6.	A Emenda Constitucional 42/2003 (Reforma Tributária).....	949
3.12.	A Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas) e as MEs e EPPs...	950
9.	TEMAS ESPECIAIS: COMÉRCIO ELETRÔNICO, ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO E CRIPTOMOEDAS	953
1.	Do escambo às negociações virtuais.....	953
2.	Comércio eletrônico.....	957
2.1.	O Decreto 7.962/2013.....	958
3.	A economia do compartilhamento.....	962
4.	As criptomoedas (o fenômeno <i>Bitcoin</i>).....	965
4.1.	Decisões do Superior Tribunal de Justiça.....	976
4.2.	Projeto de Lei 2.303/2015.....	979
4.3.	Comunicados do Banco Central do Brasil (BACEN).....	980
4.4.	A orientação da Receita Federal.....	981
4.5.	As notas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	983
4.6.	A aparição do tema em provas de concurso público.....	985
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	987